

ASSIGNATURAS:

PARA A CAPITAL . . . 108000 POR ANNO.
PARA FORA DA CAPITAL . . . 128000

Publica-se uma vez por semana, aos Domingos, além dos números extraordinários quando houver materia urgente.—As correspondências particulares serão publicadas quando vierem devidamente legalizadas.—Não serão restituídos os originaes—quer sejam ou não publicados.

TODO O PAGAMENTO É ADIANTADO.

A PROVINCIA DE MINAS

ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR

PROPRIEDADE DO REDACTOR—JOSÉ PEDRO XAVIER DA VEIGA

PUBLICAÇÕES

Anuncios, 100 réis por linha e nas repetições com abatimento.—Outras publicações e impressos avulsos, o que se tratar.—Os Srs. assignantes têm direito até 30 linhas de graça durante o anno da assignatura.

Numero avulso da folha . . . 300 réis
Não recebem-se assignaturas por menos de um anno.

RUA DAS MERCÊS N. 1.

-Numero 63

Anno II (Novo periodo)

Ouro Preto, 28 de Agosto de 1881

A PROVINCIA DE MINAS

Ouro Preto 28 de Agosto de 1881.

A Actualidade de 16 do corrente respondendo as considerações que fizemos em o numero deste jornal sobre o trecho do relatório do honrado senador presidente da provincia, relativo ao estado de decadencia de nossas finanças, conclue suas explicações aconselhando a S. Exc. que não consinta que a opposição conservadora faça explorações politicas á sua custa.

Afastados, pela divergencia de idéas da confiança das diversas administrações liberaes que se hão succedido nesta provincia, sem termos a menor participação em seus actos, adoptámos como norma de conducta, de que não discrepáremos um só instante, a severa fiscalisação e justa censura sempre que a administração se divorcia dos verdadeiros principios de moralidade e justiça como tantas vezes tem acontecido.

Não nos deixamos inspirar nunca no desejo de tornarmos-nos agradáveis a quem quer que seja e nem receberíamos conselho de quem nenhuma competencia tem para nos dar. Extranhamos por isso mesmo que a Actualidade pretenda que o honrado senador presidente da provincia trace normas de conducta ao nosso procedimento, e não consinta que se faça explorações politicas que desgastem a S. Exc. que só quer a verdade em toda sua nudez.

Tão francos como S. Exc. e baseando-nos em séguros dados por elle ministrados no relatório apresentado a assembléa provincial, sem que nos fosse necessario inverter a verdade dos factos, buscamos confirmar com as insuspeitas palavras do honrado senador, o conceito em que devem ser tidas as administrações liberaes anteriores á sua.

Explique como melhor poder e quizer a Actualidade as palavras do honrado presidente da provincia, invoque toda a logica de seu raciocinio em defeza dos seus amigos, consulte os seus oraculos e não conseguirá chegar ao resultado que almeja, isto é justificar os Netos e Sant'Annas accusados formalmente em peça official, como esbanjadores dos dinheiros publicos. Os feitos brilhantes dessas duas nefandas administrações, não se apagarão jamais da memoria dos mineiros; nem se faria preciso que o actual presidente da provincia consignasse os fataes resultados delles em seu relatório visto se acharem gravados na consciencia publica e quem o sabe? na de seus proprios autores.

A Actualidade, porem, em sua ingloria missão de defender todos os actos das administrações amigas, assevera que: «nunca passou pelo pensamento do Ex. Sr. senador Meira de Vasconcellos a accusação de esbanjamento contra os Srs. conselheiro Sant'Anna e Barão de Coromandel.» Poderiamos deixar a resposta aos cuidados do ultimo destes Srs., que, ao ouvir a leitura do relatório, declarou-se desde logo em formal opposição á S. Exc. o Sr. presidente da provincia. Poderiamos responder ao illustre explicador dos pensamentos da actual administração, limitando-nos a chamar sua attenção para a defeza que de seus actos procurou fazer na assembléa provincial o Sr. Barão de Coromandel, requerendo informações ao governo para justificar-se das accusações contra si dirigidas.

A discordia existente no seio dos mineiros e que está produzindo irreconciliáveis odios, como confessa o articulista do

jornal official, não foi produzida por nós e ninguém seriamente acreditará que o procedimento que havemos tido fornece motivos para perturbação da paz e tranquillidade que até aqui reinava nas arregimentadas fileiras dos adversarios.

Não envenenamos as palavras e pensamos que não foram preconcebidos pelo honrado senador presidente da provincia, nem ellas se prestão á dubiedade alguma; são tão positivas e claras quanto patente os factos a que tem applicação.

Fallando a respeito dos males que affligem as provincias e que entorpecem a marcha de seu progresso e prosperidade, S. Exc. consignou que o esbanjamento ou má applicação das rendas, occupa o primeiro lugar. Se o facto é verdadeiro em todas as provincias do imperio e o mal é endêmico em nossas finanças, nesta porem, disse S. Exc., elle está ainda em seu periodo agudo que é preciso conjurar em quanto não se torne chronico.

D'aqui bem claro se vê que, fallando, S. Exc. em esbanjamentos em outras provincias, no topico acima transcripto, faz especial applicação á esta em que o mal está ainda em periodo agudo, referindo-se especialmente á Minas onde tocou a meta do escandalo o esbanjamento dos dinheiros publicos. Contesto-o se o approuver o órgão official, e embora o encommoedasse a desusada e louvavel franqueza de que servio-se S. Exc., é certo que em suas palavras encontramos a mais cabal justificativa da attitudo que tomámos diante dos escandalosos actos das anteriores administrações.

Não precisavamos recorrer ao relatório que foi presente a assembléa provincial, para nos enunciarmos como o fizemos no artigo que provocou as explicações da Actualidade; o officio de 24 do Maio ultimo, dirigido ao chefe das repartições publicas falla eloquentemente por nós e para tão importante peça official chamamos a attenção dos que se battem pela causa dos Sant'Annas e Coromandéis. Expliquem tambem, a seu geito, as palavras e pensamento do citado officio.

Mas para que apregãoar-se que tudo va e em paz e que procuramos apenas perturbar a doce e cordial harmonia que reina entre os amigos da situação se o contrario prova-se pelo que se observa dos debates da assembléa provincial? Não está á toda a luz provado que seus membros se achão divididos em campos inteiramente oppostos, profligando se os actos da administração actual que outros applaudem e apoiam? Leia-se o discurso dos Srs. B. de Coromandel e C. Affonso, publicados na Actualidade de 20 do corrente que attestão bem claramente a harmonia e concordia entre o Sr. senador Meira de Vasconcellos e a assembléa provincial.

Não se diga, porem, que especulamos, ateando o facho da discordia.

O alistamento eleitoral na comarca de Jequitinhonha

A S. Exc. o Sr. Senador presidente da provincia foi apresentada uma representação assignada por grande numero de cidadãos residentes na comarca do Jequitinhonha, contra os actos praticados pelo Bacharel Ignacio Antonio Fernandes, juiz municipal do termo de Minas Novas, e interinamente com a jurisdição do distrito.

Aproveitando-se da ausencia tempo-

ria do Dr. Luiz Gomes Ribeiro, digno juiz de direito da comarca, o Bacharel Ignacio Fernandes revagou grande numero de sentenças d'aquelle magistrado pelas quaes haviam sido incluídos varios cidadãos do partido conservador e que provarão ter pago o imposto de industrias e profissões como senhores de fabricas e engenhos. Não contente com isso, informa-nos pessoa insuspeita d'aquella comarca, que procurando-se dar ganho de causa ao partido liberal, forão eliminados do alistamento diversos cidadãos do partido conservador, raspando-se e enmendando-se os despachos proferidos pelo Dr. Luiz Gomes Ribeiro que se achava nesta capital onde veio submeter-se a exame medico de cujo resultado já demos noticia ao publico.

Auxiliado pelo supplente do juiz municipal Barteiros, o Bacharel Ignacio Fernandes tem cometido toda sorte de tropelias aproveitando-se de sua interinidade no exercicio do cargo de juiz de direito. A Relação do districto terá de tomar conhecimento de taes factos por via de recurso e reparará por certo a injustiça praticada contra os direitos de diversos cidadãos tão vilmente sacrificados. Esperamos que o honrado senador presidente da provincia tomará em toda a consideração as queixas levantadas contra o procedimento criminoso do Bacharel Fernandes, visto serem bem accentuadas contra o mesmo. Desse importante assumpto e em luminoso discurso que em seguida publicamos, occupou-se na assembléa provincial o nosso distincto amigo o Exm. Sr. Manoel Fulgencio Alves Pereira. Chamamos para elle a attenção de S. Exc. o Sr. senador Meira de Vasconcellos.

O Sr. M. Fulgencio.—Venho hoje, Sr. presidente, apresentar a illustrada consideração de V. Exc. e dos meus distinctos collegas um requerimento que envolve em si duas materias importantissimas. A 1.ª, joga com os interesses da magistratura, dessa nobre classe que devia merecer toda consideração...

O Sr. M. Faustino.—E merece.
O Sr. M. Fulgencio.—...que devia estar cercada de todas as garantias por parte do governo, mas que infelizmente nos tempos que correm tem sido victimas das maiores injustiças e tropelias.

O Sr. C. de Oliveira e C. Affonso.—Não apoiado. Isto é declamação.

O Sr. P. Sanches.—V. Exc. mesmo acaba de ter a prova do contrario.

(Ha outros apartes).
O Sr. M. Fulgencio.—V. Exc. não sabem ainda o que vou dizer, como já estão fazendo opposição a aquillo que não sabem?

O Sr. C. Affonso.—O exordio já não nos agrada.

O Sr. M. Faustino.—Já está parecendo exagerado.

O Sr. M. Fulgencio.—A 2.ª. Sr. presidente, joga com a execução da nossa reforma eleitoral, proclamada como a unica regeneradora d'este paiz, mas que infelizmente no seu 1.º ensaio já va e se desmorinando....

O Sr. C. de Oliveira.—Não apoiado.

O Sr. M. Fulgencio.—Porque muitos d'aquelles que forão investidos da ardua tarefa de lhe dar execução, vão praticando as indecentes manobras eleitoraes da lei anterior. (Não apoiados).

O Sr. S. Ferraz.—Attenda V. Exc. a que isto é uma espada de dois gumes.

O Sr. M. Fulgencio.—V. Exc. convenção-se de que eu sensurarei os erros, onde elles existirem, Pego, portanto, aos meus distinctos collegas como um favor especial, que prestem-me um pouco de attenção, para que eu possa com a calma e tranquillidade, que é mister, desenvolver estas duas importantes questões.

Compreende V. Exc. Sr. presidente, que, multiplicando-se os apartes em discussões importantes, por mais calma que tenha o orador não pode satisfazer ao auditorio.

O Sr. A. dos Santos.—Pela minha parte está servido.

O Sr. Drummond.—Um aparte de vez em quando agrada.

O Sr. Ferraz.—Serve para amenisar.

O Sr. M. Fulgencio.—O meu requerimento é o seguinte (le):

O Sr. A. Annaldo.—Então naquelle tempo elle já cogitava da lei eleitoral como é?

O Sr. M. Fulgencio.—Sr. presidente, no drama hediondo, que vou desenrolar aos olhos da assembléa, figura como principal protagonista o juiz municipal, cujo nome acabo de referir.

O Sr. Drummond.—E' um magistrado muito honesto.

O Sr. C. de Oliveira.—E' um dos magistrados mais distinctos da provincia, muito distincto e de muitos serviços (Apoiados).

O Sr. M. Fulgencio.—Se V. Exc. não consentem que eu continue no meu discurso, sento-me.

O Sr. C. de Oliveira.—O que não consinto é que se levantem accusações injustas contra um amigo meu.

O Sr. M. Fulgencio.—Mas V. Exc. não pôde fazer-me observações, porque não é o presidente da casa. São protestos extemporaneos, porque ainda não ouvio-me, e já va e certificando aquillo que está em discussão.

O Sr. C. de Oliveira.—Mas dou apartes, protestando contra essas insinuações.

O Sr. Presidente.—Attenção! O Sr. Drummond.—E' um protesto contra essas accusações.

(Ha outros apartes).
O Sr. Presidente.—Attenção! Pego aos nobres deputados que tomam suas notas para responder depois, mas deixem o orador continuar.

O Sr. M. Fulgencio.—A minha dignidade Sr. presidente, e a minha lealdade exigem que eu declare perante a assembléa que esse juiz municipal declarou-se ha alguns annos meu inimigo gratuito.

O Sr. Drummond.—Elle tem sido elogiado até pelos proprios conservadores.

(Ha outros apartes).
O Sr. M. Fulgencio.—Assim, Sr. presidente, não posso continuar, desisto portanto da palavra e, quando puder fallar, virei de novo á tribuna.

O Sr. Presidente.—Não, o nobre deputado continue; eu manterei a ordem.

O Sr. M. Fulgencio.—E' preciso tambem confessar, Sr. presidente, que nas minhas questões particulares com esse juiz municipal, eu, tendo assento nesta assembléa desde 1870, nunca servi-me, nem jamais me servi de esta tribuna para desabafos pessoais: recorri á imprensa e do alto della abri discussão franca e debaixo de minha responsabilidade.

Feitas estas considerações para provar á assembléa que hoje eu só venho tratar do assumpto do meu requerimento, porque é uma questão que joga com os interesses publicos, porque, como representante da provincia, tenho obrigação de velar na guarda da constituição e das leis, creio que as minhas palavras não poderão ser taxadas de suspeitas pelos meus illustres collegas.

Continuando, portanto, no meu discurso, direi que, trazida a denuncia ao Sr. conselheiro Silveira Lobo, elle mandou ouvir ao juiz perseguido e accusado, o qual destruiu completamente a calunnia, que lhe era assacada, e a questão ficou parada.

Alguns tempo depois, assumindo as redeas da administração o Sr. conselheiro conego Sant'Anna, nova denuncia foi levada á S. Exc. reproduzindo os mesmos factos contidos na 1.ª Mandando S. Exc. ouvir de novo ao juiz perseguido, este juntou 13 documentos, que lhe forão ministrados por distinctos liberaes daquella localidade e por um medico distincto, o Sr. Dr. Sabino Ribeiro de Almeida, provando a toda a evidencia, á saciedade, que elle estava no perfeito gozo de todas suas faculdades intellectuaes.

Essa resposta veio parar ás mãos de V. Exc. quando dignamente administrava a nossa provincia.

E quando Sr. presidente, entendiço todos que o governo poria termo á esta questão, visto como tinha em seu poder os documentos precisos para provar a falsidade da denuncia, uma ordem é baixada para que se submettesse a exame de sanidade o juiz de direito da comarca de Jequitinhonha.

E sabeis Srs. a quem foi confiada esta ardua e milindrosa tarefa? Ao proprio juiz denunciante, o bacharel Ignacio Antonio Fernandes.

O Sr. Drummond.—E a quem havia de ser?

O Sr. C. de Oliveira.—E' de lei expressa, competia a elle.

O Sr. M. Fulgencio.—Inverteo-se por esta forma a ordem da hierarchia judiciaria....

O Sr. C. de Oliveira.—Não apoiado.

O Sr. M. Fulgencio....sujeitando-se o juiz de direito de uma comarca á jurisdição de um juiz municipal seu desafecto.

O Sr. C. de Oliveira.—Não apoiado; é ignorar o que está na lei a respeito; eu hei de responder a V. Exc.

O Sr. M. Fulgencio.—Não podia por ventura o governo commetter esta importante e melindrosa tarefa a qualquer dos juizes de direito das comarcas vizinhas?

O Sr. C. de Oliveira.—Não, a lei manda que essas diligencias sejam feitas pelo juiz municipal.

Então V. Exc. não leu a lei; é a consequencia que se pode tirar dahi.

O Sr. M. Fulgencio.—A lei não pode mandar....

O Sr. C. de Oliveira.—Manda; é questão de facto; ha de ser lida aqui.

O Sr. M. Fulgencio....que se sujeite a victimas ao algeiz....

Vozes:—Oh!

O Sr. M. Fulgencio....é justamente a minha censura ao governo é por ter mandado proceder ao exame de sanidade....

O Sr. Drummond.—Por ahí vai muito mal a sua censura.

O Sr. M. Fulgencio....pelo proprio denunciante, por aquelle que queria arrancar do mes-

mo governo um acto que não era fundado em justiça.

O Sr. Drummond.—Mas quem decedia não era o juiz municipal, era a junta.

O Sr. Mares Guia.—E isto não se chama deligencia, chama-se participação official.

O Sr. C. de Oliveira.—O papel do juiz ahí é inteiramente passivo.

(Ha outros apartes).
O Sr. M. Fulgencio.—O papel do juiz não é inteiramente passivo, meu collega, o juiz é que nomea os peritos, e, não havendo medicos naquella localidade, elle escolheu, como vou demonstrar perante esta assembléa, peritos adrede para provar que o juiz de direito estava louco.

O Sr. C. Affonso.—Dá-me licença para um aparte.

O Sr. M. Fulgencio.—Pois não.

O Sr. C. Affonso.—Que autoridade pôdió ter na comarca o juiz de direito das comarcas vizinhas? Não tinham autoridade nenhuma.

O Sr. M. Fulgencio.—Não pôdió ser commissioned pelo governo para assistir a esse acto?

O Sr. C. Affonso.—Absolutamente não.

O Sr. C. de Oliveira.—A lei se oppunha.

O Sr. Ottoni.—Nomear peritos adrede é um acto que está muito longe de ser praticado por um caracter tão distincto como o do Sr. Dr. Ignacio Antonio Fernandes (Apoiados).

(Cruzão se mais alguns apartes e o orador senta-se).

O Sr. Presidente.—Attenção! O nobre deputado queira continuar o seu discurso.

O Sr. M. Fulgencio.—(levantando-se):—Dahi, Sr. presidente, seguirão-se os maiores absurdos e as maiores violencias, como vou demonstrar.

O Sr. M. Guia: Violencias?!

O Sr. M. Fulgencio.—Violencias, sim, e V. Exc. tenha a bondade de ouvir-me para depois formar o seu juizo.

O Sr. Drummond.—Está carregando muito as cores.

O Sr. M. Fulgencio.—O juiz municipal recebendo a portaria do governo, tendo em seu bolso a arma, que pretendia manejar contra o seu inimigo guardou-a, Sr. presidente, para occasião oportuna.

Procedeu o juiz municipal, na forma da lei, ao recebimento dos requerimentos para o alistamento eleitoral, e durante esse periodo fazia o papel de advogado das partes, e juiz ao mesmo tempo....

O Sr. Drummond.—Isso não basta dizer, é preciso que prove.

O Sr. M. Fulgencio....porque dictava os requerimentos aos seus correligionarios, como juiz expedia portarias, sem ter competencia para tanto, ordenando aos escrivães, pedindo informações ás autoridades para inutilizar as petições dos seus adversarios politicos; e todos estes documentos por elle collhidos como juiz forão presentes ao juiz de direito da comarca.

O Sr. C. Affonso.—E' attribuição legal do juiz.

O Sr. M. Fulgencio.—Pela lei eleitoral o juiz não tem essa attribuição.

O Sr. C. Affonso.—Pode pedir informações ás outras autoridades, é disposição da lei.

O Sr. M. Fulgencio.—Eu respeito muito os conhecimentos juridicos de V. Exc. mas, ha de permitir que n'esta ponto me aparte da sua opinião.

O juiz municipal, pela lei eleitoral, é obrigado a receber os requerimentos, e mandar, se a prova não está completa, que os peticionarios a completem no prazo legal....

O Sr. Drummond.—E pode pedir informações.

O Sr. M. Fulgencio....mas não pode espropria auctoridade baixar portarias e fornecer documentos para inutilizar os apresentados pelos adversarios politicos.

O Sr. C. Affonso.—Uma portaria não inutiliza documentos. (Ha outros apartes).

O Sr. M. Fulgencio.—Admira que V. Exc. verções na jurisprudencia preguem uma doutrina contraria á lei n. 2029 de 9 de Janeiro do corrente anno. Se os juizes municipais tivessem taes attribuições, ellas seriam perigosissimas porque elles seriam partes e juizes ao mesmo tempo como o foi o juiz de quem fallo.

O Sr. M. Guia.—Pregamos a verdadeira doutrina liberal.

O Sr. M. Fulgencio.—Preparado assim o alistamento com documentos exigidos por elle proprio para inutilizar os documentos dos seus adversarios politicos, porque não exige uma só informação a respeito dos seus correligionarios, o juiz municipal levou todas essas petições ao conhecimento do juiz de direito.

O Sr. S. Ferraz.—Mas V. Exc. não prova cousa alguma do que diz.

O Sr. M. Fulgencio.—Para V. Exc. não provar, mas hei de provar para a provincia, que formará o seu juizo.

O Sr. Drummond.—dá um aparte.

O Sr. M. Fulgencio.—Eu, quando fallo do alto d'esta tribuna á provincia, tenho o direito de ser acreditado, porque sou incapaz de servir-me d'este lugar para atacar a quem quer que seja, e muito principalmente a um homem com quem não tenho relações.

O Sr. Drummond.—Mas, não se pode admitir accusações tão sérias sem documentos; a palavra do nobre deputado vale muito, mas para estes casos, não.

O Sr. M. Fulgencio.—Pode não valer para V. Exc. nem para seus correligionarios, mas eu apello para a opinião publica, que ha de me fazer justiça.

O juiz municipal levou as petições para o juiz de direito, e nessa occasião offereceu-lhe os seus serviços para auxiliá-lo nos despachos, mas o juiz de direito, com o criterio que lhe é proprio, declarou que tinha a intelligencia precisa para resolver por si todas as questões.

O Sr. C. Affonso: — Essa resposta do juiz de direito é que denota prevenção.

O Sr. M. Fulgencio: — Então V. Exc. entende que o juiz de direito devia aceitar o juiz municipal para assessorar a não alistamento?

O Sr. C. Affonso: — Também não podia registrar as informações elhies.

O Sr. M. Fulgencio: — Não era informações, V. Exc. não presta atenção ao que estou dizendo.

O Sr. M. Guia: — A palavra de V. Exc. é muito autoritária, mas neste caso precisa de provas.

O Sr. M. Fulgencio: — Eu vou pagar a V. Exc. que não me perturbe, deixem-me falar, e oportunamente responderei.

Vendo o juiz municipal que não podia influir no animo do juiz de direito para fazer o alistamento a seu bel-prazer, e estando com a portaria do governo no bolso para mandar submettê-lo a exame de sanidade, entendeu que era ocasião azada de manejar essa arma.

O Sr. Drummond: — De que data era a portaria?

O Sr. C. Affonso: — O nobre deputado atribue fides electoras a diligencias perfeitamente legaes e que derão em resultado a reabilitação do juiz de direito.

O Sr. Presidente: — Atenção! Deixem o orador continuar.

O Sr. M. Fulgencio: — Em dias do mez de Junho, o juiz municipal mandou, pelo escrivão de orphãos intimar ao juiz de direito para submeter-se a exame de sanidade, a 23 do mesmo mez.

O Sr. Drummond: — Da que data era a portaria do governo que mandava proceder a esse exame de sanidade?

O Sr. M. Fulgencio: — Não posso saber a data da portaria, mas sei que estava ella ha muitos dias em poder do juiz municipal, que até já tinha mandado avizar particularmente ao juiz de direito, pelo promotor publico da comarca, que tinha em seu poder essa portaria.

O Sr. M. Guia: — Procedeu com delicadeza.

O Sr. M. Fulgencio: — Não procedeu com delicadeza, o que queria era amedrontar o juiz de direito para se submeter a jurisdicção, e assim pôr o alistamento sob o seu modo.

Como dizia, o juiz municipal mandou intimar o juiz de direito para submeter-se a exame de sanidade, e nomeado desde logo peritos a homens que não conhecem couza alguma de medicina, e que portanto não podião dar parecer sobre tão importante questão.

O Sr. Drummond: — Havia medicos?

O Sr. M. Fulgencio: — E sabe V. Exc. qual foi o dia em que se pretendeu executar tal indecente manobra? Foi justamente no dia em que o juiz de direito tinha em seus braços uma filha que debatia-se nas agonias da morte.

O Sr. M. Guia: — O juiz municipal não podia saber d'isso.

O Sr. M. Fulgencio: — Ora, V. Exc. sabe que Minas Novas é uma cidade pequena, e n'esses lugares, quando se dá um facto d'esses n'caza de um cidadão importante, toda população o sabe.

O Sr. Drummond: — Nem sempre.

O Sr. M. Fulgencio: — Não se verificou o exame n'esse dia, porque felizmente o juiz de direito foi avisado e não appareceu aos laes peritos. Isto se deu quando o juiz de direito já tinha officialmente ao juiz municipal do termo declarando peremptoriamente que não se sujeitava perante elle ao exame de sanidade, e porque não podia confiar com a justiça e imparcialidade de um juiz que era seu alioz.

O Sr. Drummond: — Desobedeceu portanto a uma ordem superior; a portaria do governo.

O Sr. M. Fulgencio: — Desto que o juiz de direito tinha-se recusado peremptoriamente ao exame, o juiz municipal devia trazer o facto ao conhecimento do governo para que este resolvesse como entendesse do justiça. Mas não Sr. presidente, o juiz municipal foi por diante e no dia 5 de Julho, sem que o juiz de direito tivesse a menor sciencia, uma nova commissão foi enviada a sua casa para proceder a novo exame. Felizmente o exame não pôde ainda desta vez verificar-se porque o juiz de direito não se achava em casa.

E o que se seguiu depois, Sr. presidente?

Em casa do juiz municipal foram inquiridas testemunhas adrede escolhidas, com a excepção do Sr. Manoel Esteves do Lima, inoço de mim, facto bom quiz porque o conheço, e é honesto, testemunhas algumas das quaes são inimigas fidaes do juiz de direito, e consta Sr. presidente, que estas jurarão a maiores inverdades contra o juiz de direito declarando-o completamente louco. Consta ainda mais que um exame ou couza que o valha se lavrou, e que todas estas peças acompanhadas de uma informação apaixonada e mentirosa foram remetidas a S. Exc. o Sr. presidente, da provincia.

O Sr. Drummond: — Pego a palavra.

O Sr. M. Guia: — dá um aparte.

O Sr. M. Fulgencio: — Felizmente Sr. presidente achava-se na administração da provincia o Sr. senador Meira de Vasconcellos, que tendo honrado por longos annos a toga de magistrado e querendo verificar por seus proprios olhos todo esse drama...

O Sr. M. Guia: — Como era de seu dever.

O Sr. M. Fulgencio: — Acudio a os reclamos do juiz de direito, e ordenou-lhe que viesse a esta capital para se submeter a um exame de sanidade perante elle.

O Sr. M. Guia: — Todo e qualquer administrador teria feito o mesmo.

O Sr. M. Fulgencio: — E quereis saber Srs. qual é o estado de loucura do juiz de direito de Jequitinhonha? Aproveito pelo juiz municipal seus satellites? Eu vou-lhe dizer.

Chegando elle a esta capital foi submettido a exame de sanidade, e o resultado d'este exame é o seguinte: (A.)

Os abaixo assignados, Doutores em medicina, componentes da junta medica, nomeada pela excellentissima presidencia da provincia, para interpor parecer sobre o estado mental do bacharel Luiz Gomes Ribeiro, juiz de direito da comarca do Jequitinhonha, depois de te-lo submettido a um exame delido e escrupuloso, chegaram a convensão de que se houve ha tempos insulso congestivo, d'elle hoje não existem mais vestigios, pois o referido bacharel, acha-se no gozo pleno de suas faculdades, o que se manifesta pela firmeza no juizo, pela logica no raciocinio e pela promptidão da memoria, as suas faculdades mentaes achão-se peis, em perfeito estado de integridade. Portanto os abaixo assignados julgão-o completamente restabelecido do referido ataque de congestão, e se que este teve lugar. Por outro lado, a auscultação minuciosa do paciente não denuncia a existencia de molestia organica do coração, não ha, pois, recio de embolia cerebral. São por consequencia de pa-

recer que o bacharel Luiz Gomes Ribeiro não está impossibilitado de exercer o cargo de juiz de direito, pois dispõe do discernimento necessario e do conveniente criterio. Ouro Preto, doze de Agosto de mil oitocentos e oitenta e um.

—Doutor Francisco Silviano de Almeida Brandão.—Doutor Pedro Sanches de Lemos.—Doutor Pedro José da Silva.

Este exame foi feito com todas as formalidades legaes, presidido pelo presidente da provincia que o assignou, com o examinando.

O Sr. FERNANZ: — Eu quizeria que se tivesse feito o mesmo com o Sr. Damasceno.

O Sr. Drummond: — As distrações da viagem servio-lhe muito.

O Sr. M. Fulgencio: — Si o juiz de direito estivesse no estado de loucura que inculcava o juiz municipal, as distrações na viagem serião bastante para cural-o? Sr. presidente, este facto é immoral, não tem qualificação possivel e deve ser censurado por todos os homens sensatos, e que tenham o coração bem formado.

Pois Sr. presidente, não é merecedor de sentenças um juiz municipal, que lançando mão de mentiras escandalosas procura inutilizar o juiz de direito de uma comarca, procura lançar na penuria a uma familia destituida e numerosa?

Oh! Srs. se factos d'esta ordem podem merecer a aprovação publica, declaro a V. Exc. Sr. presidente, que não sei o que mais deva merecer censura.

E um homem louco, Sr. presidente, que não podia administrar justiça na comarca do Jequitinhonha, segundo disse o juiz municipal, e no entanto se foi examinado por tres lizeiros da medicina, tres mocos distinctos por seus caracteres e illustração, attestaão que elle está no pleno gozo de suas faculdades intellectuales...

A consequencia, pois, foi desmascarar a calumnia provanlo-se que todas as denuncias de todos documentos offerecidos pelo juiz municipal ao governo da provincia, não passaram de uma revoltante perseguição, e por tanto esse juiz municipal não pode mais merecer a confiança do governo.

O Sr. Drummond: — Essa não é a conclusão.

V. Exc. tambem não reflecte que é muito diversa a época em que se fez o 2º.

O Sr. M. Fulgencio: — Nunca houve exame anteriormente.

Declaro a V. Exc. que eu estava na cidade de Minas Novas quando se tratava d'este facto revoltante, e inaudito, assevero a casa que os peritos não examinaram o juiz de direito, porque com elle não se avistaram.

O Sr. Drummond: — dá outro aparte.

O Sr. M. Fulgencio: — Jurarão tre pessoas inimigas do juiz de direito e que tinham interesse em inutilisarl-o. E' preciso tambem tornar bem saliente que em todo este drama, só estão envolvidos liberees.

O Sr. Ottoni: — O Sr. Dr. Ignacio Fernandes juiz municipal de Minas Novas, é um caracter distincto e incapaz de commetter um acto indigno para aproveitar-se da vaga da comarca.

O Sr. M. Fulgencio: — O facto é que elle praticou os maiores despropósitos para inutilizar o juiz de direito, e não sei como V. Exc. se animou a querer encobrir a verdade.

O Sr. Ottoni: — V. Exc. acredita que o juiz de direito de Minas Novas nunca soffreu de alienação mental?

O Sr. M. Fulgencio: — Garanto a V. Exc. que elle nunca soffreu de alienação mental.

O Sr. Ottoni: — Pois então foi um acto de justiça, e não de loucura aquelle pelo qual mandou esse juiz de direito presidente do jury em Minas Novas que fosse preso o advogado lenente coronel José Bento Nogueira que defendia no mesmo jury a um preso, por official de justiça?

O Sr. M. Fulgencio: — E' attribuição do juiz de direito prender a qualquer cidadão no tribunal do jury, agora o acto pode ser justo ou injusto sem que isto denote loucura.

O Sr. Ottoni: — Tanto soffria o juiz de direito de Minas Novas que o Sr. José Bento Nogueira chegou a empenhar-se pela supensão da comarca só afim de verem-se livres do tal juiz de direito que considerava louco.

O Sr. M. Fulgencio: — Se o facto de uma autoridade mandar prender a um cidadão qual quer fosse um acto de loucura declaro a V. Exc. que a maior parte das autoridades liberees devão ser submettidas a exame de sanidade, por que mandão fazer prisões as mais disparatadas. (Risadas.) (Não apoiados).

Eis Sr. presidente o resultado de todo esse drama que eu continuei a acalmar de indecente e immoral.

O Sr. Ovidio: — Olhe que em tudo isto teve grande parte o Sr. José Bento correlligionario de V. Exc.

O Sr. M. Fulgencio: — Não sei disto meu collega.

O Sr. Ottoni: — Pois sei eu. Pego a palavra.

O Sr. M. Fulgencio: — As partes officiaes que existem na secretaria do governo são todas do juiz municipal e orphãos de Minas Novas, e elle é o unico legalmente responsavel por todas estas immoralidades.

Consta-me que o meu distincto amigo o Sr. tenente coronel José Bento trabalhava pela remoção do juiz de direito, e elle completamente incapaz de lançar mão de meio tortuosos para conseguir seus fins.

Pergunto eu, Sr. presidente, um juiz que assim trahia a confiança do governo, prestando-lhe informações falsas (não apoiados), poderá ainda continuar a merecer o conceito do mesmo governo e dos seus jurisdicionados? A opinião publica que julga.

O Sr. Drummond: — Nós tambem appellamos para a opinião publica.

O Sr. M. Fulgencio: — Sabeis, Srs. qual foi o movel de toda esta questão? Foi que o juiz municipal de Minas Novas queria que se abrisse uma vaga na comarca para que elle fosse nomeado juiz de direito (vagas contestadas), porque já tinha promessas nesse sentido.

O Sr. Drummond: — Não apoiado; é muito digno de ser nomeado para qualquer comarca (crusões e outros apartes).

O Sr. Presidente: — Atenção!

O Sr. M. Fulgencio: — VV. Excs. podem atrapallar-me como quizerem: hei de continuar o meu discurso e bem accentuar o procedimento do juiz municipal de Minas Novas, para que de uma vez para sempre elle fique bem conhecido do publico.

O Sr. Ottoni: — Já é bem conhecido como um dos magistrados mais integros da provincia (Apoiados).

O Sr. Arnaldo: — dá licença para um aparte?

O Sr. M. Fulgencio: — Dou para quantos quizerem.

O Sr. Arnaldo: — Se o unico movel foi esse que o nobre deputado denunciou, pergunto: o que significa o procedimento do Sr.

desembargador Trigo de Loureiro, na relação quando declarou que não propunha a responsabilidade desse juiz de direito, porque tinha lido no *Diario Officia* a ordem, que mandou sublejalal-o a exame de sanidade?

Vozes: — E' verdade.

O Sr. M. Fulgencio: — Mas pergunto a V. Exc. ainda continua a ter como louco o juiz de direito da comarca de Jequitinhonha, depois do exame feito por autoridades, como dois dos nobres illustres collegas, e um outro medico, que é conhecido na provincia?

O Sr. Drummond: — Nós respeitamos muito essas autoridades.

(Ha outros apartes).

O Sr. M. Fulgencio: — Mas em que ficamos? O homem está louco ou não?

O Sr. Ovidio: — Já fallarão os homens competentes, os homens da sciencia.

O Sr. M. Fulgencio: — Pois então a consequencia é que todos as informações levadas ao governo pelo juiz municipal do termo de Minas Novas em relação a este facto são falsas (contestações). Como é que V. Excs. contestão aquillo que está provado por documentos insuspeitos?

O Sr. Lemos: — Ainda se pode crer que daqui a pouco tempo esse juiz torne ao estado de loucura, em que já estava.

O Sr. M. Fulgencio: — E' provavel, meu collega, que toda esta comedia engendrada pelo juiz municipal, venha ainda a scena, mas lizimento o governo já está de sobreavizo.

Sr. presidente, o movel, como eu dizia, de toda esta questão foi querer o juiz municipal ser nomeado juiz de direito daquela comarca (não apoiados), que já lhe estava de ante mão prometida.

O Sr. Drummond: — Elle é muito digno de occupar qualquer comarca; se vagasse aquella, estava muito no caso de ser nomeado para ella.

O Sr. A. Arnaldo: — Se já não é juiz de direito, é porque ainda não o quiz.

O Sr. Ovidio: — V. Exc. está amesquinhandos as questões.

(Ha outros apartes).

O Sr. Presidente: — Atenção! Pego aos nobres deputados que não interrompão o orador.

O Sr. M. Fulgencio: — Além disto Sr. presidente, quier-se arredar esse juiz de direito do seu posto, porque era preciso que fosse entregue ao juiz municipal o alistamento eleitoral, para elle fazer o que fez, como vou demonstrar a casa. Era preciso constituir-se maioria liberal no municipio de Minas Novas, ainda que se passasse sobre o crâneo dos conservadores.

O Sr. H. Salles: — O nobre deputado foi o proprio a declarar a sua suspeição, dizendo que é inimigo pessoal do Sr. Dr. Ignacio Fernandes (Apoiados).

O Sr. M. Fulgencio: — Não posso deixar de solicitar uma declaração do meu nobre collega: acha-me V. Exc. capaz de servir-me desta tribuna para desabafos pessoais?

O Sr. H. Salles: — Acho que está fallando apaixonadamente, porque o nobre deputado, que é sempre muito delicado, tem usado termos rigorosos em relação ao Sr. Ignacio Fernandes, que é um digno mineiro.

O Sr. Presidente: — Atenção! os apartes são prohibidos pelo regimento.

O Sr. M. Fulgencio: — Pois declaro a V. Exc. como já declarei no principio do meu discurso, que nas questões particulares, que tenho tido com esse bacharel, eu, podendo servir-me das immundities desta tribuna, dellas nunca me servi para accusal-o; fago o hoje, porque a questão é de interesse publico, e como deputado tenho obrigação de tratar della. O que preciso é averiguar a verdade dos factos, e esta não pôde ser negada.

O Sr. H. Salles: — Ninguém lhe contesta esse direito, mas tratando bem o juiz municipal.

O Sr. Drummond: — O nobre deputado vá atacando que nós iremos protestando.

(Ha outros apartes).

O Sr. M. Fulgencio: — Eu não estou atacando, estou expondo os factos como se deão, e a opinião publica que tire as consequencias.

O Sr. A. Arnaldo: — Oh! emprestando-lhe sentimentos torpes?

O Sr. M. Fulgencio: — Estou censurando o juiz municipal de Minas Novas, que não cumprio os seus deveres n'esta questão, trahio a confiança do governo.

O Sr. Drummond: — Essa separação é que não comprehendendo: reconhece que o homem como particular é muito digno, e como juiz muito mau!

O Sr. Ovidio: — E' uma distincção escolastica.

O Sr. Drummond: — Apoiado não o comprehendendo.

O Sr. M. Fulgencio: — O alistamento eleitoral, Sr. presidente, estava quasi concluido na cidade de Minas Novas, porque já tinha expirado o prazo para interposição de recursos, quando o juiz de direito teve ordem do presidente da provincia afim de seguir para esta capital e transmittir a jurisdicção ao juiz municipal. E sabe V. Exc. o que se tem da depois da retirada do juiz de direito daquela comarca? Eu vou referir a assembleia.

No dia immediato a aquelle em que partito esse magistrado, o juiz de direito intirino, que é o mesmo bacharel Ignacio Fernandes, demittio o escrivão do jury, e todos os editaes, que estavam pregados na porta da camara municipal, foram arrancados.

O Sr. A. Arnaldo: — Por elle?

O Sr. M. Fulgencio: — Mandou o juiz de direito intirino que um dos seus espolietas interposesse recurso de todas as sentenças, que já tinham sido proferidas em grão de recurso pelo juiz de direito effectivo, mandando o juiz de direito intirino? Tornou a reformar essas mesmas sentenças, inutilizando tudo quando tinha sido feito pelo juiz de direito effectivo, fulminando 23 conservadores que estão illegalmente privados do direito do voto!

Pergunto eu: podia o juiz de direito intirino da comarca de Jequitinhonha revogar essas sentenças, que já tinham sido proferidas em grão de recurso pelo seu antecessor?

O Sr. M. Guia: — A lei não cogitou dessa especie.

O Sr. A. Arnaldo dá um aparte.

O Sr. M. Fulgencio: — Neste caso, meu collega, os recursos serião interminaveis; a lei cogitou.

O Sr. M. Guia: — Não cogitou; eu explicarei.

O Sr. M. Fulgencio: — Vou provar a V. Exc. se cogitou ou não.

O Sr. M. Guia: — Os recursos até se tem tramado nas trevas e com documentos falsos, como posso provar.

O Sr. C. Affonso: — Apoiado.

O Sr. M. Fulgencio: — Em Minas Novas? O Sr. M. Guia: — Não, senhor; retro-me aos tribunales; estou dizendo que a lei não cogitou dessa especie e os recursos se tem tramado.

O Sr. M. Fulgencio: — Nos recursos eleitoraes, por força do § 4.º do art. 9.º do decreto n.º 3029 de 9 de Janeiro de 1881, devem ser observadas as disposições do decreto legislativo n.º 2675 de 2 de Outubro de 1875 e das respectivas instrucções de 12 de Janeiro de 1876.

Os meus collegas sabem perfeitamente qual era a marcha dos recursos seguida por esse decreto e por essas instrucções: uma vez decidido o recurso, confirmado ou revogado pela autoridade o seu despacho, só se podia recorrer da sua deliberação para autoridade superior.

O Sr. Ovidio: — Então na opinião de V. Exc. ha dous recursos?

O Sr. Drummond: — E não ha recurso de recurso.

O Sr. M. Fulgencio: — Pois bem; por não haver recurso de recurso é que estou dizendo que o juiz de direito intirino não podia dia fazer o que illegalmente fez, isto é revogar sentenças já proferidas, em grão de recurso, pelo seu antecessor.

O Sr. Ovidio: — Mas pela doutrina que V. Exc. acaba de expender, ha dous recursos (Ha outros apartes).

O Sr. M. Fulgencio: — VV. EExcs. quereis que eu declare perante a assembleia a marcha dos recursos?

O Sr. M. Guia: — De certo, para provar que o juiz de direito procedeu irregularmente.

O Sr. M. Fulgencio: — E' uma questão de pratica que VV. EExcs. como advogados, conhecem perfeitamente, e eu não queria abusar da attenção da assembleia referindo-a.

O Sr. Drummond: — Não apoiado. ha divergencia.

O Sr. M. Fulgencio: — A marcha que deve ser observada nos recursos eleitoraes, segundo a nova lei, é esta.

Figurei uma hypothese, e é a de que estou tratando.

No municipio de Minas Novas o juiz de direito entendia que os Srs. de pequenos engenhos, que pagarão o imposto de industria e profissão não devião, por força da lei, ser declarados eleitores, em quanto não provassem o fundo capital de 3:400\$000.

O Sr. Ovidio: — Pois entendia muito bem.

O Sr. C. Affonso: — Convertia os lavradores em negociantes.

O Sr. M. Fulgencio: — Estou referindo o facto para V. Exc. ver o que se passou lá.

Chegada a época dos recursos, alguns d'esses senhores de engenho recorreram d'essas decisões fazendo ver que o juiz de direito devia reformar o seu despacho, porque ellest tinham direito a serem declarados eleitores.

O juiz de direito, tendo então estudado melhor a questão, e ouvindo a opinião da imprensa a respeito, reformou as suas sentenças, e mandou incluir no alistamento todas aquelles que tinham sido eliminados.

Vê, pois, a casa que d'esta decisão revogando a primeira só caberia recurso, com effecto devolutivo, para o tribunal da relação do districto.

O Sr. C. Affonso: — Está enganado.

O Sr. M. Fulgencio: — Entretanto o juiz municipal apenas entrou na jurisdicção da vara de direito, mandou recorrer de novo de todos estes despatches, e eliminou do alistamento todos os eleitores que n'elle tinham sido incluídos em grão de recurso.

O Sr. Presidente: — Pego ao nobre deputado que resume o seu discurso, porque a hora está adiantada.

O Sr. M. Fulgencio: — Eu já podia ter concluido Sr. presidente, se não se nos fosse as constantes interrupções.

Vou ler uma carta que me foi dirigida por amigos importantes da cidade de Minas Novas, e que referem todos os factos que alli se derão ultimamente depois da retirada do juiz de direito, para que o publico veja como foram supplantados os direitos do partido conservador n'aquelle municipio pelo juiz de direito intirino da camara.

O Sr. C. Affonso: — Essa carta não nos convence.

O Sr. M. Fulgencio: — Mas pode convenir ao publico e ao governo, que tomarão na consideração que merecem as palavras que aqui profiro.

O Sr. C. Affonso: — Mas eu como sou um pouco entendido na materia, digo que não podem fazer obra documentos d'essa ordem, que são eminentemente suspeitos.

O Sr. M. Fulgencio: — Eu vou pedir informações a este respeito; se o meu requerimento for aprovado, e vierem essas informações, então poderão os nobres deputados formar o seu juizo. Não privo com a administração, não posso ir a palacio, porisso limito-me a referir os factos como se passaram, e o governo que faça o que entender.

O Sr. M. Guia: — Porque não pôde ir a palacio? Não é cidadão brasileiro?

O Sr. M. Fulgencio: — Entendo que um deputado da opposição não deve pedir favores ao governo.

O Sr. M. Guia: — Tem direito de pedir todas as informações como cidadão, não é favor.

O Sr. M. Fulgencio: — As informações eu peço d'esta tribuna, e o governo tem obrigação de dal-as se os nobres deputados quizerem que o meu requerimento passe.

O Sr. C. Affonso: — O nobre deputado votou pelo meu?

O Sr. M. Fulgencio: — Votei, e estou prompto a votar por todos os pedidos de informações.

O Sr. C. Affonso: — Pois então vou brevemente dar-lhe a maior prova da minha gratidão.

O Sr. M. Fulgencio: — (Lê)

«O juiz de direito intirino Dr. Ignacio Fernandes revogou as sentenças do Dr. Gomes Ribeiro que mandou incluir no alistamento 19 senhores de pequenos engenhos, e o jurado Zeferino Lopes de Figueiredo e eliminou os liberees Antonio Pedro Duarte, Francisco Simões de Miranda, e Tristão Pinheiro Arão, prejudicando assim o partido conservador com o insignificante n.º de 23 eleitores.

Não contente com isto o liberalismo achava de praticar outro facto ainda mais revoltante, immoral, e criminoso falsificando 16 despatches do juiz de direito Dr. Luiz Gomes, e foram expedidos diplomas a esses individuos que tinham sido eliminados, e não recorrerão das decisões, de sorte que temos ainda esses

16 eleitores phosphoros. Estamos requerendo documentos para provar a falsidade e acham da tribuna a attenção do governo para tantos despropósitos etc. etc.

O Sr. Ovidio: — O que é preciso saber é se esses conservadores foram excluidos com justiça ou injusticia.

O Sr. M. Fulgencio: — A questão não é essa, é que não podião ser eliminados, porque já tinham sido incluídos em grão de recurso pelo juiz de direito, e o unico tribunal que podia tomar conhecimento d'estas sentenças era o da relação do districto. E quer V. Exc. saber o que se deu? Eu vou desenvolver o que consta da carta que acabei de ler.

Tendo alguns senhores de engenhos deixado de recorrer do 1.º despacho do juiz de direito, falsificou-se todas as sentenças, e esses individuos que tinham sido eliminados pelo juiz de direito Luiz Gomes figurão agora como alistados por elle mesmo. Como nos despatches que dava o Dr. Luiz Gomes ouzo sempre da formula —Julgo provado, ou não julgo provado o direito do supplicante, em face dos artigos taes e taes,—raspão a palavra —nãodos despatches, e d'esta forma ficaram incluídos no alistamento individuos que haviam sido eliminados.

O Sr. C. de Oliveira: — Tem provas d'isso?

O Sr. M. Fulgencio: — A prova está na secretaria do governo.

O Sr. Drummond: — Houve exame?

O Sr. M. Fulgencio: — V. Exc. deixe-me continuar.

O Sr. C. de Oliveira:

11 Joaquim Abreu da Silva.
12 João Pereira Barboza.
13 Antonio da Costa Barreiro.
14 José da Costa Barreiros.
15 Alexandre José Pinheiro.
16 Tristão Coelho Barboza.

GAZETILHA

Desistência. — Em outra sessão desta folha publicamos a declaração do nosso distinto amigo o Dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, dando conta dos motivos por que desistiu de sua candidatura à assembleia geral pelo 1.º distrito da sua provincia.

Tão louvável e generoso procedimento, exalta cada vez mais a nobreza do caracter e reconhecido merito do nosso amigo.

Industria nacional. — Pelo intelligente Sr. Dr. Christino Tavares, distincto engenheiro de minas pela escola desta capital, recebemos uma interessante memoria sobre as vantagens da exploração das jazidas de galena argentifera do Abaeté, importante industria que servirá de incentivo ao desenvolvimento da metalurgia no Brazil.

Agradecendo a delicada offerta prometemos publicá-la brevemente em nossas columnas.

1.º Distrito. — Na secção competente encontrarão os leitores a circular que o Exm. Sr. Dr. Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos dirige ao eleitorado d'este distrito, solicitando-lhe o apoio á sua candidatura.

Nome vantajosamente conhecido na provincia, á que tantos assignalados serviços tem prestado, honrado por vezes com a confiança de seus amigos e co-religionarios, o Dr. Diogo de Vasconcellos nunca desmereceu d'ella, e solicita de novo o mandato de representante da provincia pelo 1.º distrito eleitoral.

Nós que conhecemos quanto é legítima sua aspiração, e vemol-a apoiada no prestigio de sua brilhante intelligencia, caracter nobre e elevado e nos inimitáveis serviços prestados ao partido conservador, prestamos ao illustre candidato toda a adhesão e apoio.

Estrada de Ferro d'Oeste. — Com a augusta presença de S. M. o Imperador e dos Srs. ministros da marinha e da agricultura, deve ser hoje inaugurada esta importante estrada de ferro, que partindo da estação do Sitio, na linha de D. Pedro II, vai terminar na florescente cidade de S. João d'El-Rey.

Agencias do correio. — Porão creadas duas agencias de correio, sendo uma na freguezia da Pimenta, do termo do Piumhy e a outra no distrito de Thebas do municipio de Leopoldina.

Eleição senatorial. — Para o preenchimento da vaga ultimamente verificada no senado, foi de novamente designado pela presidencia da provincia o dia 7 de Novembro próximo, para ter lugar essa eleição.

SECÇÃO RELIGIOSA

A Igreja é necessaria para applicar aos homens as graças da Redempção, e é sociedade obrigatoria para os individuos.

(CONTINUAÇÃO)

E qual era a moral dos povos, que privados da divina revelação, não tinham outro guia dos proprios costumes senão a razão, e gabavam-se de sabios? O perjurio, os enganos, a fraude, a intemperança, a escravidão, o desafogo das mais torpes paixões, o enfeitamento dos meninos, o matar a prole defeituosa ou exuberante, os pais ou doentes ou velhos e os hospedes eram actos e hábitos que o uso conchostava, que as leis ou permitião ou prescrevião e que os philosophos elogiavam. Assim que, n'elles os theatros e espectáculos publicos eram escola de corrupção e de impiedade; a deshonestidade não era vicio, e muitos outros factos mais nefandos, que me envergonho de lembrar, reputavam-se cousas licitas.

Passando da moral ao culto religioso dos antigos, oh! quanto a humana razão terá a confundir-se muito mais, e confessar a propria insuficiencia em taes cousas! Todos conhecem que a astrolatria formava o culto dos caldeus, dos persas, dos phenicios e d'outros povos orientaes; que o polytheismo era professado communmente por todos, á excepção do povo eleito; que os gregos e os romanos veneravam os genios e os herões em

vida, e depois da morte como deidades. E quaes eram depois os actos e as cousas que comprehendia o culto religioso? Imagens obscenas, festis, ritos, sacrificios, nos quaes immolavam-se, não tanto o sangue humano, como o pudor; as acções dos deoses que celebravam-se eram uma perpetua e publica excitação a qualquer maldade ou torpeza. Logo, em toda a razão podemos dizer que o culto religioso dos antigos pagãos, sem a guia da revelação divina, era a apothéose de todos os vicios. Agora V. S. não dirá commigo que a razão pelo seu decahimento errava, não percebendo claramente as verdades do razão.

O grande S. Thomaz assim demonstra que foi necessario á salvação humana que houvesse uma doutrina conforme a divina revelação, além das physicas disciplinas, que investigam-se pela humana razão; porque o homem é destinado para Deus como para um fim que excede á comprehensão da razão, segundo disse Isaias (64): *Oculus non vidit, latus, absque te, que preparasti diligentibus te.* O fim pois convem ser conhecido previamente pelos homens, que a elle devem referir suas intenções e acções. Logo foi necessario á salvação do homem que lhe fosse ensinado pela revelação divina o que excede á razão humana. Em quanto ás cousas de Deus que pela razão humana podem-se investigar, foi necessario tambem que o homem fosse instruido pela revelação divina, porque a verdade a respeito de Deus chegaria ao conhecimento do homem, entretanto do conhecimento de tal verdade depende a salvação dos homens que é em Deus. Logo por que esta salvação chegasse convenientemente e com certeza aos homens foi necessario que das cousas divinas fosse instruido pela divina revelação. Logo a verdadeira doutrina sagrada foi dada aos homens pela revelação, sendo impotentes para tanto as disciplinas philosophicas (Sum. p. p. q. 1.º art. 1.º).

Deus quiz remediar esta decadencia, e fez uma revelação positiva que accrescentou á lei natural como interpretação e perfeição d'ella, sem alteral-a em maneira nenhuma, como temos em S. Lucas, XVI, 17: *E' porém mais facil passar o céu e a terra, do que perder-se um til da lei;* e em S. Matheus, V, 17, 18: *Não julgueis que vim destruir a lei ou os prophetas: não vim a destruí-los, mas sim a dar-lhes cumprimentos; porque em verdades eu vos affirmo que, emquanto não passar o céu e a terra, não passará da lei um só i, nem um til, sem que tudo seja cumprido.* Tendo feito isto para todos os homens queira que todos aproveitassem d'ella: ora, pergunta-se de que modo podia elle usar para tal fim? A missão dos prophetas operada no antigo testamento incluía em si a necessidade de continuados milagres; a revelação individual era cousa muito extraordinaria, sujeita á enganos, e isso porque cada um podia julgar a revelação tudo o que a sua phantasia imaginava, ou o coração suggeria-lhe, e assim teriamos aberto o caminho ás extravagancias e á tollice, e feito da verdadeira divindade deoses ridiculos e odiosos como nos gentios; pelo contrario era necessario tanto á ordem da Providencia como ás inclinações dos homens a fundação de uma sociedade religiosa, que fosse depositaria e interprete da revelação.

Este meio era conforme á ordem da Providencia, que costuma-se accommodar á condição dos homens, e opera o milagre como excepção e não como regra. Ora, neste caso bastava acreditar uma vez só esta sociedade com milagres e prophetas, e depois fazer que ella tivesse enviado os seus missionarios por todo o mundo, que como os embaixadores de uma nação á outra, demonstrando sua missão e lembrando os milagres que tinham acreditado a Igreja que os mandava, terião sido respeitados e cridos em todos os lugares. Era conforme tambem á natureza do homem e á suas inclinações, porque o homem quer a sociedade, e por isso ama professor outrossim a religião socialmente. Este é um fallar em hypothese e em abstracto; em these pois e historicamente prova-se que assim aconteceu, porque o Redemptor, que teve muitos, não pregou a elles a sua lei, mas escolheu alguns entre elles, aos quaes transferio os seus poderes, e assim estabeleceu a differença entre quem manda e obedece, e a subordinação de uns aos outros, em que propriamente consiste a sociedade religiosa ou Igreja.

(Continúa.)

SECÇÃO JURIDICA

Relação de Ouro Preto

SESSÃO DO DIA 12 DE AGOSTO

Julgamentos

Recurso eleitoral n. 505: Comarca da Diamantina; recorrente Olympio Julio de Olinda Mourão contra a inclusão de Anastacio de Carvalho; relator Silva. — Negou-se provimento, por não haver provado na forma da lei a qualidade de eleitor; unanimemente.

Idem, n. 491: Comarca do Jequitinhonha; recorrente Delfino Ferreira da Silva contra a inclusão de Militão Fernandes do Andrade; relator Silva. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, n. 498: Tres Pontas; recorrente Antonio Pereira Baido contra a inclusão de; relator Silva Guimarães. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, n. 504: Diamantina; recorrente Olympio José de Oliveira; recorrente Izidoro Alves dos Santos; relator Silva Guimarães. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, n. 488: Minas Novas; recorrente Marciano Correa Rocha; recorrente Dr. João de Carvalho Rangel; relator Silva Guimarães. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, n. 492: Minas Novas; recorrente Delfino Ferreira da Silva; recorrente Francisco Ramalho dos Santos; relator Silva Guimarães. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, n. 483: Minas Novas; recorrente Marciano Correa Rocha; recorrente Antonio Soares; relator Souza Martins. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, n. 664: Serro; recorrente Pedro Maria da Silva Brandão; recorrente Nestor Rodrigues de Oliveira; relator Souza Martins. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, n. 508: Diamantina; recorrente Juscelino de Faria Ribeiro; recorrente Modesto de Almeida Mattos; relator Souza Martins. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, n. 481: Diamantina; recorrente Bernardino Ferreira da Cunha contra a inclusão do escrivão de paz; relator Brito. — A mesma decisão; unanimemente.

N. 477: Diamantina; recorrente Bernardino da Cunha contra a inclusão de Francisco Regulo; relator Brito. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, Serro; recorrente Pedro Maria da Silva Brandão; recorrente Aurelio Rodrigues de Almeida; relator Alves de Brito. — A mesma decisão. — Mandou-se proceder a responsabilidade do juiz de direito, e dos que se serviram da certidão falsa nos termos do art. 109 da Reforma eleitoral.

Idem, n. 507: Diamantina; recorrente Sebastião Fernandes Ribeiro; recorrente Theophilo Gomes; relator Brito. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, n. 490: Minas Novas; recorrente Delfino Ferreira da Silva; recorrente Torquato Donato. — A mesma decisão; relator G. Guimarães.

N. 466: Serro; recorrente Pedro Maria da Silva Brandão contra a inclusão de Henriques Carlos de Vasconcellos; relator G. Guimarães. — A mesma decisão; unanimemente.

Idem, n. 497: Tres Pontas; recorrente Jacinto da Silva Maia; recorrente o juiz; relator Silva. — Negou-se provimento por não ser o escrivão de paz officio vitalicio.

Idem, n. 485: S. João d'El-Rey; recorrente Francisco Florencio Alves; recorrente o juiz; relator Silva. — Negou-se provimento, por não ter apresentado certidão da thezouraria da fazenda na forma do § 67 n. 3.º do art. 3.º da Reforma eleitoral; unanimemente.

Idem, n. 509: Pitangui; recorrente Lourenço José dos Santos; recorrente o juiz; relator S. Guimarães. — Negou-se por não ser jurado de 1879, e nem qualificado nesse anno por servir em 1880; unanimemente.

Idem, n. 515: Christina; recorrente Francisco Antonio Miniz; recorrente o juiz; relator Silva Guimarães. — Negou-se provimento, por não haver apresentado titulo de dominio, pelo qual houvesse as propriedades permutadas; unanimemente.

Idem, n. 500: Sette Lagoas; recorrente Valeriano José de Mello; recorrente o juiz; relator Souza Martins. — Não se tomou conhecimento por não constar ser interposto dentro do prazo legal; unanimemente.

Idem, n. 512: Christina; recorrente Antonio Joaquim da Silva; recorrente o juiz; relator Souza Martins. — Não mostrou o titulo de propriedade das terras permutadas; unanimemente.

Idem, n. 518: recorrente Vicente Ferreira Dias; recorrente o juiz; relator Souza Martins. — Deu-se provimento, por ser pharmaceutico.

Idem, n. 513: Christina; recorrente Antonio Carlos Ferreira de Mello; recorrente o juiz; relator Gomes Guimarães. — Negou-se provimento por ser qualificado jurado para 1880.

Idem, n. 519: Christina; recorrente João Teixeira dos Santos; recorrente o juiz; relator Gomes Guimarães. — Negou-se provimento por não estar provado o valor das propriedades; unanimemente.

SESSÃO DO DIA 16 DE AGOSTO

Distribuição

Ao Sr. desembargador Silva. — Recurso eleitoral 575: Juvenio José de Arantes e o juiz da Christina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 569: Justiniano Luiz de Miranda e o juiz da Diamantina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 563: Olympio Mourão e o mesmo juiz.

Ao mesmo. — Idem, idem, 557: o mesmo e o mesmo juiz.

Ao mesmo. — Idem, crime 519: o juiz do Rio Novo e Joaquim Dias Sobrinho.

Ao Sr. desembargador Guimarães. — Recurso eleitoral 576: Joaquim Antonio Londres e o juiz da Christina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 570: Juscelino da Fonseca e o juiz da Diamantina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 564: Sebastião Fernandes Corrêa e o mesmo juiz.

Ao mesmo. — Idem, idem, 558: Bernardino da Cunha Ferreira e o mesmo juiz.

Ao mesmo. — Idem, crime 520: o juiz de Uba e Joaquim Lauriano Lopes.

Ao Sr. desembargador Henriques. — Recurso eleitoral 577: Ricardo Antonio de Toledo e o juiz da Christina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 571: Juscelino da Fonseca e o juiz da Diamantina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 565: Olympio Mourão e o mesmo juiz.

Marianna

Boatos

Disse-se que a candidatura do Dr. Candido vai mal, pois que grande parte dos signatarios do famoso manifesto, estão arrependidos, e hão de votar no Dr. Machado, a quem reconhecem como natural e legitimo representante do 2.º distrito.

+

Disse-se que quasi todos assignarão por condescendencia ao Dr. Bawden, que tambem está arrependido de haver se comprometido com o Dr. Candido, até pelo encommodo e massada que este lhe tem dado já lá vai para 3 mezes.

+

Disse-se que alguns foram illudidos na tal assignatura, assignarão sem saber o que fazião, como se deu com o eleitor José Claudino, que a instancia do promotor, a senhora d'aquelle escreveu no papel o nome do marido que na occasião trabalhava no Seminario. O promotor, se assim foi, é timível.

+

Disse-se que engraçada foi a assignatura do eleitor Pedro Claudino, que ha muito, acha-se no Calambão, termo do Piranga, e ficou sorprendido vendo seu nome em papel que não escreveu, nem deu para isto procuração á ninguém.

+

Disse-se que o coronel Faria, que sustenta ao Dr. Oliveira, em representalia ao senador Lobo, que sustenta ao Dr. Caetano, está um pouco frio, se não desapontado, por não poder cabalar o grande prestigio e influencia do venerando senador.

Tanto que não tem apparecido na cidade, e nem tomado a jurisdicção municipal.

+

Disse-se, que o Dr. fallara em uma reunião, no Ouro Preto, perante diversas senhoras, que era elle o candidato mais sympathico e agradável do 2.º distrito, mas que as senhoras disserão chi...chi...chi!!!, e um sujeito lançou mão de uma garrafa d'agua florida, offereceu as senhoras, que logo trataram de molhar os lenços.

+

Disse-se, que o Dr. depois que retirou-se o Leonidio passou-se para a chacara do Dr. Salles, que é um pouco distante, o por isso vem poucas vezes á cidade, com o que tem lucrado os eleitores, que já não podem mais ouvir o candidato fallar em votos, e fazer promessas, que não hade nem pode cumprir.

+

Disse-se mais que com effeito o Dr. arranja a linha de bonds entre Marianna e a capital, visto como descubrio o modo de serem os bonds puchados por rondellos para o que já tem um amestrado, mas que ha sua difficuldade n'isto, por se oppor a esta idéa o Torquatinho.

+

Disse-se que o Dr. na excursão que fez pelo municipio prometteram fazer villa Paulo Moreira, Barra Longa, chafarizes etc, porem isto tem desgostado a gente do foro, que começa a enchergar com mãos olhos o Dr.

+

Disse-se que em Paulo Moreira, entre liberaes e conservadores, os eleitores são 91, no entretanto que no ultimo assignado, publicado na Actualidade, a favor do Dr., ha 14 phosphoros, pois não são eleitores. Como é isto Dr.!!!

+

Disse-se que o entusiasmo do promotor, pela eleição do Dr. é tal, que S. S. em palacio deixou ver a oncinha pintadinha com o que correrão as... Que scena meu Deus!!!

+

Disse-se mais que o Florencio sempre resmungando, costuma dizer, ora...falla-se tanto em eleição, alistamento, votos, certidões, dinheiro, no entanto até hoje nich...O promotor, sim, é feliz, chupou o titulo....

+

Disse-se que o Dr. alem de dizer que pôde dar de esmola ao Dr. Caetano 200 votos!!! hade resfriar os padres, que lhe são adversos, pois que ia pedir quotas avultadas para todas as egrejas. O Dr. é das arabias!

+

Disse-se mais que o clero, firme em seu digno e justo principio, diz sempre: afietemos o machado e derrubemos a oliveira pernicioso.

Ao mesmo. — Idem, idem, 559: o mesmo e o mesmo juiz.

Ao mesmo. — Idem, crime 516: o promotor publico e o juiz da Formiga.

Ao mesmo. — Idem, idem, 521: o juiz da capital e o escravo de Elydio Francelino.

Ao mesmo. — Appellação crime 917: (substituição) o juiz de Sete Lagoas e João Miranda das Dores.

Ao Sr. desembargador Souza Martins. — Recurso eleitoral 578: Antonio Pinto da Silva e o juiz da Christina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 572: Juscelino da Fonseca e o juiz da Diamantina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 568: Antonio Manoel dos Santos e o juiz da Diamantina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 560: Sebastião Fernandes Corrêa e o mesmo juiz.

Ao Sr. Dr. Brito. — Idem, idem, 579: — Silvestre Pinto de Souza e o juiz da Christina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 573: José Vicente de Oliveira e o juiz da Christina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 561: Olympio Mourão e o juiz da Diamantina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 567: Justiniano Luiz de Miranda e o juiz da Diamantina.

Ao mesmo. — Recurso crime 1517: o promotor publico e o juiz da Formiga.

Ao mesmo. — Denuncia crime 522: o Dr. promotor da justiça e o bacharel João Lima de Miranda.

Ao Sr. Dr. G. Guimarães. — Recurso eleitoral 580: Gaudencio Lopes, o juiz da Christina.

Ao mesmo. — Idem, 574: José Manoel Teixeira e o mesmo juiz.

Ao mesmo. — Idem, idem, 568: Antonio José Ribeiro e o juiz da Diamantina.

Ao mesmo. — Idem, idem, 562: — Sebastião Fernandes Corrêa e o mesmo juiz.

Ao mesmo. — Idem, crime 518: o juiz do Turvo e João Ignacio Ferreira.

Ao mesmo. — Appellação crime 909: (substituição) o juiz do Manhuassu e Joaquim Narciso Vital e outro.

Passagem de 13 feitos.

Julgamentos

Recurso eleitoral n. 521: Christina; recorrente José Gonçalves de Magalhães; recorrente o juiz; relator Silva. — Negou-se provimento visto haver sido qualificado jurado em 1879, mas para servir 1880.

Idem, n. 510: Pitangui; recorrente Antonio Leite da Silva; recorrente o juiz; relator Silva Guimarães. — A mesma decisão.

Idem, n. 545: Jequitinhonha; recorrente Vicente Luiz Corrêa; recorrente o juiz; relator Silva. — Negou-se provimento, visto como a certidão passada pelo escrivão do balanço da caça commercial, não declara o livro, d'onde fora extrahido, nem se estava o mesmo livro nos termos exigidos pelo cod. commercial; Vencido; Souza Martins e G. Guimarães.

Idem, n. 551: Minas Novas; recorrente José Ferreira do Prado; recorrente o juiz. — Negou-se provimento; visto como o talão do pagamento de industria e profissão é do anno de 1878 a 1879, quando o exercicio de 1879 a 1880, e 1880 a 1881 já se achão findos; relator Silva; vencidos Silva e Souza Martins.

Idem, n. 527: Diamantina; recorrente Sebastião Fernandes Corrêa; recorrente Balbino Carlos d'Abreu; relator Silva. — Negou-se provimento não prouva a qualidade de eleitor.

Idem, n. 533: Diamantina; recorrente Juscelino da Fonseca Ribeiro; recorrente José do Rozario. — A mesma decisão.

Idem, n. 539: Minas Novas; recorrente Marciano Correa da Rocha; recorrente Pio Desiderio Martins Moreira; relator Silva. — A mesma decisão.

Idem, n. 540: Jequitinhonha; recorrente Fernando Saca; recorrente o juiz. — A mesma decisão do recurso n. 510, vencido Souza Martins e G. Guimarães.

Idem, n. 534: Serro; recorrente Joaquim Alves da Silva; recorrente o juiz; relator Silva Guimarães. — Negou-se provimento por ser interposto fora do prazo com responsabilidade e contra os autores da falsificação do livro de jurados.

Idem, n. 528: Diamantina; recorrente Juscelino da Fonseca Ribeiro; recorrente João Vicente Martins; relator Silva Guimarães. — A mesma decisão do recurso n. 527.

Idem, n. 539: Christina; recorrente Roque Gomes Marques; recorrente o juiz; relator S. Guimarães. — A mesma decisão do recurso 521.

Idem, n. 516: Christina; recorrente Juvenio José da Silva; recorrente o juiz; relator S. Guimarães. — Deu-se provimento por ter provado haver pago o imposto do seu engenho de canna no exercicio de 1880 a 1881.

Idem, n. 566: Minas Novas; recorrente Francisco Antonio de Souza; recorrente o juiz; relator S. Guimarães. — Não tomou-se conhecimento por ser interposto fora do prazo.

Idem, n. 562: Minas Novas; recorrente Gaudencio Corrêa; recorrente o juiz; relator Silva Guimarães. — A mesma decisão.

Idem, n. 501: S. João d'El-Rey, recorrente João José da Silva; recorrente o juiz. — Deu-se provimento por ter pago o imposto d'industria e profissão em 1879 a 1880; relator Brito.

SECÇÃO LIVRE

Marianna

A' S. EXC. O SR. SENADOR PRESIDENTE DA PROVINCIA.

Em face da nova lei eleitoral, não podem continuar no exercicio dos cargos que occupão, cuja incompatibilidade é notoria, os Srs. Torquato José de Oliveira Moraes, promotor publico e 2.º juiz de paz, Florencio Augusto da Silva e José Lourenço Estanislão, professores publicos aposentados. Assim o tem decidido em casos analogos o governo imperial e S. Exc. o Sr. presidente da provincia, esperamos ordenará a esses funcionarios a opção por um dos lugares.

E' de lei e justiça a presente reclamação.

Ouro Preto

Sr. Redactor.—Pela vigesima quinta vez, pelas chagas de Nosso Senhor Jesus Christo, pelas almas do purgatório e ainda pelas almas dos finados das actuaes vereações da camara municipal desta imperial cidade de Ouro Preto, rogo a V. se sirva chamar a attenção da mesma camara para os miserios habitantes do bairro do Ouro Preto, que ha mais de 40 annos estão bebendo...

Eu não sei o que bebem, mas o que sei é que, com ou sem consentimento da illustissima, construiu-se uma cloaca sobre o encanamento do chariz publico e que os resíduos da rejeição cloaca se confundem com as aguas da servidão publica.

Este facto tem sido por muitas vezes levado ao conhecimento da camara, quer por pedido particular, quer por meio de representação e até mesmo pela imprensa, mas sempre infructivamente, porque dependente de uma despesa de 30000 ou 40000, o senão assim o povo que beba...

Verdade é que passo de muito melhores bigodes chuchod da dita, mas uma só vez e inconscientemente; mas eu que me vejo obrigado a fazer uso, perdoe, d'ella!

E' tambem verdade, e honra seja feita a camara municipal, que quando apparecem reclamações como esta, ella, na falta de dinheiro, para fazer um concerto regular e na deficiência de força moral para fazer remover a cloaca de sobre o encanamento publico, manda uma corrente de galés desviar com algumas enchiladas as aguas servidas, mas sendo o terreno esguio est' conceito é sempre de honra, e o povo que beba da cuja...

Pede tambem a V. o favor de publicar a V. o inspector da saúde publica a fim de que se sirva dizer-nos se esta bebida não é prejudicial, porque no caso de não ser nociva, resignar-me-hei a fazel-a passar por um condor afim de separar as ascariás e outras coisas que contem, antes de usal-a, até que a misericórdia divina se compadeça de nós e nos dê outra camara.

Si V. se dignar publicar esta correspondência duas ou tres vezes por mez, muito obrigará a

Um que sabe o que bebe.

Mariana, 18 de Agosto

Os negocios eleitoraes nesta cidade, por parte dos oliveiristas, começaram a entrar na phase da picardia, ao que parece.

Indo hoje um eleitor á cadeia correr a lista dos eleitores, que lá estava affixada, não a encontrou, dizendo-lhe os presos que ante-hontem, quasi á noite, lá fora um candidato e tirou-a, allegando que por ordem do juiz municipal.

Bem se vê que este procedimento é irregular e mesquinho. Seu fim é difficultar aos caetanistas o conhecimento dos eleitores. Portanto exigimos a affixação da lista no seu competente lugar.

O Dr. Candido e seus amigos que trabalham pelos meios licitos; andem, como andão os caetanistas, no caminho do justo e do honesto.

Os caetanistas.

Manoel Isidoro da Silva Ramos ao publico

Designado pela sorte para fazer a festa do Divino Espirito Santo nesta cidade, no corrente anno de 1881, quando a isso me dispunha com a melhor boa vontade e devoção, fui forçado a não fazel-a, porque o Revd. Sr. vigario Theophilus Antonio de Souza obsequiou-me como o pretexto de que não fazia a festa com musica regida pelo professor Almeida, e não me convindo decentemente aceitar a musica do Sr. Manoel Lopes, entendi de ver adiar a mesma festa para melhores tempos, e quando estiver arrefecida a inimizade do Sr. vigario com o Sr. Almeida, unico que me convem; felizmente não haverá quem possa dizer que tenho esmolado em meu poder para tal fim, e d'ellas apenas tenho promessas, que tem tempo procurarei receber; contudo não desisto do direito que tenho de festeiro do Divino, e como dizem que alguns querem fazer a festa com a musica Lopes, declaro que nenhuma parte tome na mesma festa, adrede arranjada para molestar-me, porque não accedi a caprichos e dissensões partculares, que não se devem envolver nos actos da Religião de Jesus Christo.

to, e cujas contas dexam os litigantes fazer longe dos lugares santos. Viçosa, 11 de Agosto de 1881.

Manoel Isidoro da Silva Ramos.

Itabira do Campo

Na Actualidade de 11 do corrente em artigo anonymo procura o pro-posto do agente do correio de Itabira em ar de gaistisse defender-se do que á seu respeito foi publicado no periodico Napio em seu numero 14, de 4 de Junho p. passado.

Deixando, como lhe cumpria ou a quem o defende, de explicar como se deu o facto de que é accusado, procurando assim distrahir a attenção do Sr. administrador geral dos correios da provincia, metteu-se o articulista em questão inteiramente estranha ao assumpto do artigo que procura responder. Diga se é ou não verdade que sendo dirigida uma carta a Maria Candida contendo 90000 rs. dentro da mesma em vez de fazer della entrega á destinatária que lhe era devedora, não procedeu assim e sem consentimento d'aquella tirou a dita quantia para applicar á sua conta cobrando-se assim por suas proprias mãos?

Desse facto grave é que de vera defender-se alem de outros identicos, o pro-posto da Itabira, em quanto não o fizer não cessaremos de pedir providencias, á quem cumpre tomal-as.

Quanto ao mais do alludido artigo sobre sua capacidade e honradez, responde o povo Itabirano, e mais de perto seus proprios parentes.

Sua importância politica é tal que não pode impedir que o intitulado ratão Itabira ouro-prelano fosse eleito vereador com os votos de seus conterraneos. Cala-te, pois, que tuas mazellas são muitas.

O Itacolomy.

Sete Lagoas

Sob a epigrapha—« Escrevem-nos do Sabará publicou-se em o n.º 50 deste jornal que na camara do Rio das Velhas e muito mais na de Sete Lagoas, tinha-se dado o abuzo de requererem os negociantes para serem qualificados sem a demonstração do fundo capital de 3.400.000, e suas petições tinham sido acceptas.

A redacção desse importantissimo jornal chamou a attenção dos respectivos juizes de direito; e acrescentando quanto ao Sr. Dr. Felipe Gabriel de Castro Vasconcellos o seguinte: « liberal extremo não deixará que seu espirito partidario prejudique o exculpulo cumprimento de seu dever.—

Sou conservador de convicções inabalaveis e de que muito me honra e encarregando-me do alistamento de meos amigos e correligionarios faltaria a um sagrado dever se deixasse vir demonstrar uma verdade.

O Sr. Dr. Felipe na qualidade de juiz municipal presidio varias juntas municipais e não ignorando que pertencio ao grande partido conservador todavia convidei-me sempre para fazer parte dessas juntas e a sua norma do proceder sempre foi o justo e honesto.

O Sr. Dr. Felipe pertence é verdade ao partido liberal mas não é politico extremo por que na qualificação proveniente da lei n.º 3.029 de 9 de Janeiro do corrente anno como sempre foi muito zeloso no desempenho de sua nobre missão.

Agradecendo, pois, a esse digno magistrado a maneira justiceira com que tem procedido para commigo e meus correligionarios peço a redacção da Provincia de Minas inserir em suas columnas estas linhas.

Sete Lagoas, 28 de Julho de 1881.

Francisco José de Moura.

Montes Claros

Sr. Redactor.—Sirvo-me da imprensa para denunciar ao publico, um acto do Dr. juiz de direito desta comarca, o qual não deve ficar ignorado.

Tendo requerido ser alistado eleitor conforme a vigente lei eleitoral, o juiz de direito de ha muito julgado suspeito para negocios em que sou parte, decidio o meu requerimento, não admitindo minha inclusão no alistamento de eleitores.

Recorri de seu despacho para a relação do districto.

Então aquelle juiz reconheceu-se suspeito para despachar a petição de recurso, quando já illegalmente se tinha julgado competente para decidir a não inclusão de meu nome no alistamento.

Este procedimento foi premeditado no intuito de difficultar-me o exercicio do direito do voto, e quiz de impedir o

positivamente; pois, demittido o juiz municipal formulo, alias submisso a vontade do juiz de direito, o recurso interposto teria de ser, para a sustentação ou reconsideração, dirigido ao juiz de direito da comarca mais visinha, a do Rio Pardo, cuja sede dista desta mais de vinte leguas, o qual é tio daquelle.

Sempre descrei da imparcialidade d'este juiz; duvidava com tudo que decesse a lançar mão de tricas e chicanas, improprias de quem se presa, com o fito unico de causar-me pirraças e acintes.

Enganou-se, porém, o juiz, meu inimigo capital como é notorio.

O recurso interposto segna para a relação, a fim de ser submittido a decisão desse tribunal.

Los annos de recurso está patente o que venho de arancar. Mas hei-de em breve confirmal-o com documentos autenticos, que provão até onde vai a injustiça do juiz de direito desta comarca, e de quanto é capaz esta magistrado quando trata de perseguir um inimigo ou adversario politico, secundar de qual quer modo, posto com sacrificio da lei e desprezo da opinião publica, os interesses do partido liberal, do qual é chefe nesta localidade; ainda que qualificando criminosos pronunciados por crimes inafiançaveis, e inlividos cuja unica capacidade é serem liberaes.

Hei de prova-l-o com documentos irrefutaveis.

E' vergonhoso que assim proceda um juiz togado.

O publico aquilatará o seu procedimento.

Montes Claros, 1.º de Agosto de 1881.

Francisco Freire da Fonseca.

Provincia de Minas

Devo conta de quanto fiz em attenção ao pleito geral de 31 de Outubro a amigos e co-religionarios do 1.º districto de Minas, que por mim se interessão e tanto me obrigão.

Por isso publico, com a venia devida, uma carta que a proposito me animei a dirigir a S. Exc. o Sr. Visconde de Jaguaray, e á resposta que mereci, preciosa para mim pela declaração dos factos e por conceitos de alta benevolencia.

FRANCISCO BERNARDINO RODRIGUES SILVA, Rio, 21 de Agosto de 1881.

Ilm. e Exm. Sr. Visconde de Jaguaray.—Tenho a honra de cumprimentar a V. Exc. e de comunicar, como devo, meu ultimo pensamento quanto á eleição de 31 de Outubro proximo no 1.º districto desta provincia de Minas.

Eu fizera aceitação publica da candidatura por esse districto, vendo-a iniciada de muito honroso em um dos municipios e apoiada nos outros, sem o que não houvera sahido da obscuridade que me convém.

Sem prescindir de ver nascer nos districtos as candidaturas legitimas, tambem reputo necessario para reinaltal-as a aprovação de quem dirige.

Em minhas singelas convicções não excludo no regimen actual da eleição directa a necessidade da disciplina rigorosa dos partidos, embora mais difficil seja e delicada para quem manda como para quem obedece. E penso que sem ella os partidos houverão quebrado suas armas de governo, e as eleições anarchizadas ou entregues ao acaso Jarião camaras monstruosas.

Sou partidario da disciplina; e aguardava proseguindo adhesão superior, tacita ou expressa, quando sobreveio outra recommendação de V. Exc. e mais tres dignos senadores mineiros para o districto, em que eu pleiteava.

Esta circumstancia altera profundamente minha posição e não deixa alternativa.

Não posso pretender agitar, em vespéra de eleição, o partido que hei servido: nem ousar, nem posso rogar a amigos que, por beneficio meu, fação o contrario do que V. Exc. manda a bem do partido conservador em Minas.

Por isso, deponho respeitosa e em mãos de V. Exc. a desistência de minha candidatura, alias estimada.

Eu cumpri o dever de aceita-la ante o manifesto de Queluz, assim como devo resigna-la agora em vista da recommendação diversa da autoridade competente.

Assim dou prova da alta estima e profunda consideração com que V. Exc. permite que eu me subscruva—de V. Exc. attento amigo, venerador, dedicado e obrigado.—Francisco Bernardino Rodrigues Silva.—Juiz de Fora, 19 de Agosto de 1881.

Ilm. e Exm. Sr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva.

Recebi e devo resposta á obsequiosa carta de V. Exc., com a data de hontem, depondo em minhão mãos a desistencia de sua candidatura pelo 1.º districto de

nossa provincia, por causa d'outra recommendação feita por mim e mais senadores mineiros para o districto em que V. Exc. pleiteava.

Subscruvi a recommendação a que V. Exc. allude ignorando a precedencia de sua apresentação; se assim não fora, minha intervenção se limitaria a conciliar os interesses das duas candidaturas, que considero igualmente dignas do eleitorado daquelle districto. Creio que os meus collegas pensão do mesmo modo.

A desistencia que V. Exc. faz com tão louvavel abnegação, e que tanto exalta o seu já reconhecido merito, previne o conflicto de opinião, que poderia dar-se entre amigos nossos no districto; e, pois, se me resta, com a manifestação do pezar de não ter podido contribuir para a realisação de uma pretensão sua, nobre e legitima, agradecer as suas expressões attenciosas, a que, todavia, seja-me licito oppor uma restricção, que parece-me necessaria.

Se pretendess' a posição de chefe do partido, que sempre evitei, jamais me consideraria competente para impôr: nunca sahiria do papel a que me tenho cingido—expôr com franqueza e sinceridade minha opinião, para ser aceita ou rejeitada pelos amigos com inteira liberdade.

Aproveito a occasião para renovar-lhe as expressões de minha disticta estima e consideração—De V. Exc. attento amigo affectuoso e obrigado.—Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1881.—Visconde de Jaguaray.

1.º Districto

Rio de Janeiro, 11 de Agosto de 1881.—Ilm. Sr.—Não devendo nas actuaes conjuncturas ser indifferentes á eleição do 1.º districto da nossa provincia pelo qual é candidato o nosso prestimoso correligionario Dr. Diogo Luiz d'Almeida Pereira de Vasconcellos, distincto por seus serviços, talento, e dedicação comprovada á causa publica, cuja candidatura foi apresentada e accepta com muito agrado por grande numero de nossos amigos, resolvemos dirigir-nos á V. S. solicitando seu valioso apoio ao digno candidato no qual encarnão-se as ideias de nossa opinião politica e seu triumpho n'esse districto.

Subscrevemo-nos com distincta consideração—De V. S.—Amigos, Patrioticos e Criados. Obrigados.—Visconde de Jaguaray.—Joaquim Antão Fernandes Leão, Luiz Carlos da Fonseca.—Antonio Candido da Cruz Machado.

Ilm. Am. e Sr.—Rio de Janeiro, 9 de Agosto de 1881.—Chamado a ser candidato pelo 1.º districto de nossa provincia tenho por dever solicitar o voto de V. S. e de todos os nossos correligionarios para que seja bem succedida a eleição de 31 de Outubro. Segundo o novo systema eleitoral o candidato envolve-se de modo com a bandeira do partido que vencedor ou vencido levará consigo a sorte da causa politica que symbolisa. Não tra-se pois agora de saber: se sou ou não digno de ser eleito: o que cumpre saber é si devem ou não triumphar as aspirações politicas que meu nome vae levantar perante as urnas. Da união e do brio com que nos aresentarmos no proximo certame, do resultado que se apurar, é que depende a vida ou a morte do partido conservador. Façamos portanto maior.

Actualmente toda questão pessoal circumscreve-se á escolha do candidato: mas, escolhido que seja, como estou; a lide já não me pertence, já não é minha somente; e sim de todos, do partido por cujos interesses e por cuja conta estamos em campo.

Assim, pois, invoco: em primeiro lugar o patriotismo de V. S., e seu nunca desmentido zelo e ardor pela honra do partido; e em segundo lugar os sentimentos de amizade e estima com que já me distinguio em outras occasiões, quando representei Minas nas tres legislaturas da situação conservadora.

Contando por isso com todo seu apoio, reitero-lhe os protestos de minha sempre constante e profunda consideração. Sou,—De V. S.—Correligionario e Amigo Obrigado Diogo Luiz d'Almeida Pereira de Vasconcellos.

Prompta resposta ao articulista do «Guaiuby»

Em viagem para as partes do Rio Pardo, onde vou á chamado do meu compadre e amigo Sr. T. C. Leonel Affonso Fernandes para vel-o em sua enfermidade, deparei com um arguinho anonymo, escripto no pequeno jornal á que dão o nome de Guaiuby, com a epigrapha—Attensão das Assembléas Geral e Provincial—, em cujos trechos tratou seu anonymo articulista de calumniar ao meu amigo

Dr. Manoel José de Castro Monteiro de Barros, emprestando-lhe os appellidos de juiz parcial e injusto, dando com causa d'essa asserção o proximo passado alistamento, queixando-se de que eleitores da nova villa do Rio Doce forão eliminados do alistamento do municipio por serem liberaes, e outros, que não estão no caso de serem alistados eleitores, e o forão por serem conservadores.

E' sandeu por demais esse ridiculo articulista, que enrola-se no triste manto do anonymo para calumniar a um juiz cujo caracter o civismo e reconhecido á toda a prova.

Não se lembra esse pedante, que a nova lei, como as mais outras, concede a todo o cidadão a faculdade de, no caso de serem obliterados os seus direitos, recorrer-se á Relação do districto, tribunal sobre o qual não pôde pezar a menor censura, e aonde o cidadão encontra todas as garantias?

Não se lembra ou não sabe que os poderes á que alludio não são os competentes para fazer effectiva a responsabilidade do magistrado prevaricador, como diz?

Estude a lei, Sr. articulista, recorra e apelle, e finalmente responsabilise o Dr. Monteiro.

Oxalá que assim o fizesse, para ver illibada a reputação d'esse magistrado, sem duvida inmerecedor de qualquer censura! E então se verá desmascarado o reptil, cuja baba fermentada jamais poderá manchar a branca veste do digno juiz de direito.

Disse mais o immundo articulista que fui á villa do Rio Doce para trazer os nomes dos alistandos conservadores. Que mentira refinada! Fui, é verdade, á nova villa do Rio Doce, mas á meus negocios particulares, sem a menor intenção de conhecer os nomes dos alistandos.

No Rio Doce a minha viagem e sua origem ficou sabida por gregos e troianos, pois lá eu disse o meu fim.

Sr. articulista, preserve-se de calumniar, e principalmente ao magistrado no exercicio e pratica de suas funcções; deixai que a reputação do homem honrado, e principalmente a do magistrado, tranzite em paz perenne; não ocupe-se em cozer na sua nova machina, não seja o zangão da sociedade.

Ao meu amigo Dr. Monteiro aconselho que não desça ao nivel do inchacorro para responder-lhe, e deixe que esse cão hydrophobico, que se arrasta no manto das trevas, ladre á lua em seu fulgor.

Terra Branca, 11 de Agosto de 1881.

Florentino Egydio de Andrade.

F. C. Soares da Silva aviza a seus amigos e aos da firma J. Ayres & C. de que faz parte, que o seu estabelecimento de drogas mudou-se para o importante predio da Rua de São Pedro n.º 34, onde aguardão suas ordens.

ANNUNCIOS

100.000.

Do abaixo assignado, acha-se fugido o escravo Sebastião pardo quasi preto, idade de 27 annos, estatura regular, cheio de corpo, cabellos acarapinhados, cabeça pequena, vista espantada, nariz chato e grande, beiços grossos, boca regular, falta de dentes na frente, sem barbas, tem na testa uma cicatriz bem saliente produzida de um choice de burro.

Suppõe-se achar-se neste Municipio ou no de Sabará, quem o prender e levar a fazenda do abaixo assignado será gratificado com a dita quantia de cem mil reis. Sete Lagoas, 11 de Agosto de 1881.

Ilídio de Souza Romes.

Sociedade Abolicionista Curopretana

Sessão domingo 28 do corrente a uma hora da tarde em casa do Sr. Barbosa da Silva.

24 de Agosto de 1881.

O secretario: A. Olynthio dos Santos Pires.

João Alfredo de Athayde

ENCARREGA-SE DE PROCURATORIOS PERANTE TODAS AS REPARTIÇÕES, PUBLICAS,

OURO PRETO.

Typographia da—PROVINCIA DE MINAS.